PROJETO DE LEI Nº DE 2017.
(Do Sr. Dep. André Figueiredo)

Altera o Código de Processo Civil e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, tornando infração da ordem econômica as condutas abusivas em contratos particulares, e tornando ineficazes as cláusulas abusivas de modificação de foro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o inciso XXX ao Art. 36 § 3º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 36.

§ 3º

XXX – incluir cláusula abusiva em contratos de adesão celebrados com entes de significativamente menor poder econômico.”

Art. 2º. Os Art. 53 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 53.

VI - de domicílio do autor, quando pessoa jurídica, com área de atuação restrita, para ações contra ré pessoa jurídica, com área de atuação mais abrangente e de significativo maior poder econômico.”

Art. 3º. O § 3º do Art. 63 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63.

§ 3º A cláusula de eleição de foro, se abusiva, será reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio mais apropriado, ressalvada a competência da Justiça Federal.” (NR)

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Enquanto o Código de Defesa do Consumidor protege os cidadãos, reconhecendo neles o lado mais frágil na cadeia de consumo, existe um *gap* na legislação brasileira que proteja pequenas empresas quando estas fazem negócio com grandes corporações.

É comum que empresas dominantes abusem do seu poder econômico, impondo condições desiguais a fornecedores, clientes e parceiros. Com os efeitos de rede que a Internet possibilita, essas posições dominantes tendem a se amplificar e, como a escala exige uma maior padronização dos processos, a solução de contratos padrão (denominados contratos de adesão) acaba sendo a mais adotada pelas empresas. Como não há como personalizar os contratos entre as partes, os setores jurídicos tentam cobrir todos os possíveis casos em um só texto que proteja adequadamente a empresa.

Contratos de adesão são instrumentos importantes, que permitem o ganho de escala e a diminuição de custos. O problema é quando as proteções são exageradas e começam a dificultar a concorrência ou a gerar situações muito desiguais para ao lado mais vulnerável.

Além das desigualdades de condições impostas nos contratos, as empresas sempre incluem cláusula de eleição de foro para a cidade de sua maior conveniência. Ou seja, havendo algum contencioso, o pequeno empresário se vê obrigado a se deslocar ou contratar advogado em um domicílio diferente do seu. As grandes empresas normalmente têm abrangência nacional e, muitas vezes, escritórios comerciais locais. Deslocam-se até a praça dos clientes para vender, mas, em caso de contestações na justiça, querem a vantagem do foro em seu domicílio.

O Código de Processo Civil (CPC – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) define, no Art. 53, como competente o foro da parte ré, independente do poder econômico das partes, o que é injusto para os casos objeto deste PL. Propomos, portanto, a modificação deste artigo, tratando as situações de elevada discrepância entre as partes.

O CPC Também determina, no Art. 63, as condições para uma eleição de foro diferente daqueles estabelecidos:

Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

.....

*§ 3o **Antes da citação**, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, **pode ser reputada ineficaz de ofício** pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.*

*§ 4o **Citado**, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.*

Cabe ao Juiz a decisão de reputar ineficaz de ofício a cláusula identificada abusiva, ou seja, nem todos os casos serão adequadamente tratados. Este PL pretende, além de tornar obrigatória a ineficácia de ofício, de tais cláusulas, fazer com que a irregularidade seja tratada como infração da ordem econômica e, assim, dar instrumentos para que o ministério público possa atuar junto ao CADE para coibir tais abusos.

Ante o exposto e certo de que a proposta trará benefício direto para os pequenos e médios empreendedores, conto com o apoio de meus pares na aprovação deste PL.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO**

PDT/CE